

CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DA AQUICULTURA BRASILEIRA

Rodolfo RANGEL (rodolfoangel@seap.gov.br)

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

Nos três seminários de aquicultura do projeto TCP-BRA-300, de fortalecimento institucional da SEAP-PR, ocorrido nos meses passados (de dezembro de 2005 a maio de 2006) com a participação da comunidade técnica e científica brasileira, os resultados preliminares, serão acervos para subsidiar a próxima etapa do planejamento estratégico da aquicultura brasileira.

Recordar que nas prioridades da aquicultura brasileira estará na aquicultura familiar, de forma competitiva e organizada pelo forte apoio institucional, na extensão aquícola associada ao crédito, a pesquisa e a comercialização. Além das necessidades dos avanços ambientais e de uma maior aproximação com a iniciativa privada. Neste contexto é fundamental a participação empresarial em todos segmentos estimulando mercado, transferindo tecnologia e estabelecendo a parceria com a média, pequena e micro propriedades no processo de parceria das populações tradicionais e na inclusão social. Acrescenta a necessidade do crescimento da produção aquícola de forma diversificada.

Na aproximação da política governamental com a aquicultura empresarial, nota-se avanços consideráveis na aquicultura oceânica. Podendo ser um importante segmento de inovação tecnológicas, que já vem sendo iniciado no cultivo do beijupirá (*Rachycentron canadum*).

O domínio tecnológico e a consolidação do mercado na introdução de uma nova espécie, segundo estarão previstos resultados para períodos de dez a quinze anos. Em menor espaço de tempo para, talvez, com a continuidade (que já tem atuação de cultivo e da pesquisa do setor privado e público) e intensificação da pesquisa e da transferência de tecnologia, nos próximos seis a nove anos tenha a transferência de tecnologia e a consolidação do mercado da espécie nativa, o pirarucu (*Arapaima gigas*) como a marca do peixe brasileiro.

Por outro lado, nos diversos fóruns deste projeto com a comunidade científica notou-se uma preocupação das limitações do crescimento da aquicultura de tanques-rede em grandes lagos, barragens e açudes, sobretudo, em águas da união, vinculando a um processo complicado e oneroso na gestão transversal de licenciamento, outorga e autorização do uso. A unificação institucional do ordenamento com o desenvolvimento sustentável, sobretudo, fortalecida ao nível de ministério, facilitaria todo este processo. (assunto que abordaremos com mais detalhes nas próximas edições, visando uma discussão previa com o setor). Outro aspecto a se considerar refere-se à necessidade da redução do custo de

ração, que representar cerca 50 % do custo operacional, sobretudo para obter baixo preço de comercialização do pescado como plataforma de gestão. A redução do preço de ração pode ter sucesso na produção de insumos e /ou na compra de ração por atacado contando com a organização de toda cadeia produtiva. Agregar valor no crescimento da indústria de cooperativas de couro de pescado é um dos aspectos que contribuirá na rentabilidade econômica da atividade. Um outro caminho da rentabilidade da aquicultura poderá otimizar os lucros, esta na indústria de cooperativa de filé de pescado, bem como, no aproveitamento de subprodutos de pescado (carcaça) na produção de farinha como insumo de ração e/ou sua interação com a pesca. Talvez concretizando o velho sonho da pesca da Anchoita. (*Engraulis anchoita*).

Nota-se também que o exercício da transversalidade nos seminários de aquicultura desta cooperação técnica, parece ter efeitos positivo na gestão transversal, sobre o licenciamento, que predominam em impactos locais, embora, reconheçamos a necessidade da padronização de procedimentos a níveis estaduais.

Por outro lado, abrem-se perspectivas para uma intensificação de ações em outros ambientes de cultivos como os pequenos corpos d'água, lagos, viveiros e canais. E na aquicultura oceânica e de repovoamento de ambientes naturais.

Os pequenos corpos d'água, do sul da Ásia apresentam em inúmeras potencialidade, que a exemplo da Índia, chegam a gerar 600 mil toneladas/ano em ocupação de 600mil hectares, podem constituir importantes recursos aquáticos para o desenvolvimento do policultivo e do cultivo consorciado e integrado. No Brasil com potencial, a ser melhor definido.

Imaginar no futuro, uma expansão da ocupação na zona costeira por cultivos simples de algas e moluscos, como forma de alternativas para as comunidades tradicionais e, sobretudo, atendendo prioritariamente as trabalhadoras do setor pesqueiro costeiro.

Nota-se também em 78.552 hectares de viveiros existente no Brasil, provavelmente cerca de 21,12 % são ocupadas na zona costeira pela carcinicultura, gerando emprego e contribuindo significativamente no aumento da balança comercial de pescado. Segundo dados do Boletim Estatístico IBAMA – ABCC, com 16.598 hectares. A ampliação do desenvolvimento sustentável da atividade nesta região, esta associada ao exercício do zoneamento da zona costeira.

Preliminarmente, a expansão da política de construção de viveiros deve priorizar a sua interiorização. Esta interiorização da aquicultura é uma atuação estratégica para o desenvolvimento sustentável da aquicultura brasileira. É fundamental estabelecer uma política de construção de viveiros para a aquicultura brasileira, sobretudo, devido inúmeras análises sobre a margem de lucro são mais promissora que nos tanques-redes.

Segundo estudiosos somente no semi-árido nordestino existe um potencial de 18 mil hectares de áreas degradadas consideradas mortas e glebas salinizadas propiciam ao desenvolvimento da aqüicultura. Poderia em curto espaço de tempo, expandir a interiorização do camarão marinho e dobrar a produção atual, com resultados significativos na balança comercial de pescado. Acrescenta-se ainda uma perspectiva incalculável da expansão de viveiros dulcícolas, para cultivo de peixes e crustáceos. O aquecimento do mercado do camarão de água doce e a retomada do desenvolvimento da atividade passam necessariamente no aporte da extensão aquícola e na oferta de pós-larvas e divulgação de um produto diferenciado de alta palatabilidade e de culinária específica, associando-se e a prática do policultivo pelo tilapicultores de viveiros, ampliando e diversificando a produção local. Além de incentivar a atividade de monocultivo na carcinicultura de água doce que se desenvolve predominantemente ao nível de pequena propriedade.

Também expandir a experiência bem sucedida no Amazonas a do cultivo superintensivo do matrinhã (*Brycon cephalus*) em canais, em áreas de assentamentos.

Buscar a expansão da aqüicultura ornamental gerando emprego e renda, priorizando o mercado externo de grande perspectiva de crescimento. Além do estímulo a expansão da piscicultura de peixes ditos “redondos” como, tambaqui (*Colossoma macropomum*) e o pacu (*Piaractus mesopotamicus*).

Some-se a isso a necessidade de maiores avanços e estímulo na aqüicultura certificada e orgânica.

Caberá ainda a iniciativa pública estabelecer programas de gestões de aqüicultura de repovoamento de ambientes naturais, para integração com a pesca brasileira e melhoria de produtividades nestes ambientes naturais. Acredita-se que ao longo prazo possamos associá-la a uma melhoria na taxa de recrutamento das espécies a serem pescadas e/ou de fortalecimento da cadeia trófica objeto para a pesca .

Estes são apenas alguns dos aspectos que constituirão para o subsidio do planejamento estratégico da aqüicultura brasileira que a cooperação técnica FAO e SEAP-PR, associará as contribuições ao relatório do consultor internacional de aqüicultura da FAO Dr. Carlos Wurmman, bem como, o relatório da oficial de pesca da FAO Roma Dr^a. Doris Sotto, que brevemente estará disponível na pagina <http://www.planalto.gov.br/seap/>)

Ressalta-se que o projeto se encontra na fase final de aprovação pela FAO-Roma, para ter continuidade nos próximos meses, provavelmente sendo concluído ainda em 2006

Finalmente, contribuindo para que uma reflexão do futuro do crescimento da aqüicultura brasileira esteja respaldada no conhecimento e no sentimento da comunidade técnica e científica do crescimento sustentável, estabelecendo a inclusão social e a distribuindo renda e dos avanços das

parcerias dos setores público e privado. Que se manifestarão democraticamente na validação do planejamento estratégico da aqüicultura brasileira para as próximas décadas, e dando em consulta as suas representações do CONAPE (Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca)/aqüicultura. 🗑